

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes
1º Fórum Integrador
Belém, 9 de agosto de 2016

Roda Temática: Capacidades Institucionais

Facilitação: Fernando Burgos, Graziela Azevedo (FGV) e Diogo Bardal (IFC)

O debate sobre capacidades institucionais, embora não seja novo, ainda carece de amadurecimento para que seja possível formular propostas inovadoras capazes de superar os gargalos existentes. Durante a roda temática do *1º Fórum Integrador da Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*, grande parte da conversa ficou concentrada no apontamento das dificuldades de resolução de questões relativas aos grandes empreendimentos, em função da fragilidade das instituições.

Os participantes da roda temática destacaram as fragilidades de **acesso e gestão da informação**. Constata-se pouca clareza sobre os problemas e as reais demandas dos municípios ou comunidades sob influência de empreendimentos, assim como sobre a efetividade de condicionantes do licenciamento ambiental e as consequências do descumprimento das mesmas. Foi relatada a insuficiência – em alguns casos, inexistência – de canais de comunicação e sistemas de informação capazes de colaborar com o monitoramento das ações. Assim, entende-se que as futuras diretrizes da iniciativa devem contemplar mecanismos de **transparência e participação em todas as fases do empreendimento**, incluindo-se a promoção de fluxos de informação acessíveis em diversos formatos, de modo a evitar a mera publicação de relatórios. Deve-se perseguir, em última análise, a **diminuição das assimetrias de poder** entre o empreendedor e as comunidades locais.

Desafio recorrente das localidades amazônicas, lembraram os participantes, é a **atração e retenção de pessoas capacitadas**, o que resulta em alta rotatividade de pessoal e dificuldades também para licitação. Em relação à **articulação**

institucional, foram ressaltadas desde fragilidades internas de sinergia entre secretarias municipais, até a falta de articulação entre municípios vizinhos, os estados e a União, além da baixa capacidade institucional de órgãos federais no âmbito local, como Funai, Ibama, Funasa, entre outros. Para estes casos, de acordo com o grupo, o foco de superação deveria estar na criação de **arranjos especiais de governança** para cuidar de problemas complexos.

Em relação à proposta de linha do tempo, formulada no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) como forma de apontar os atores chave e as principais necessidades nas diferentes etapas de instalação de grandes empreendimentos, sugeriu-se acrescentar os Planos Diretores e os Códigos Tributários na fase anterior ao início das obras. Somados ao Plano Básico Ambiental (PBA), esses instrumentos permitiriam o estabelecimento de uma linha de base em termos de planejamento para as localidades. Outra sugestão foi a inclusão de um quinto grupo de atores, além de sociedade civil, poder público, setor empresarial e instituições financeiras: as instituições de ensino superior, haja vista a quantidade de professores, alunos e projetos de pesquisa e extensão que se dedicam ao estudo dos grandes empreendimentos. Além disso, a expansão dos cursos de graduação no chamado “campo de públicas” pode ser fundamental no fortalecimento das capacidades técnicas institucionais. A coordenação do GT optou por nomear esse quinto ator como “Instituições de Ensino e Pesquisa”, de forma a contemplar a heterogeneidade e o grande número de organizações de pesquisa que atuam na região Amazônica.

Para orientação do debate, duas perguntas-chave foram propostas: diferentes tipos de empreendimento demandam capacidades institucionais específicas ao longo do tempo? Quais mecanismos de fortalecimento seriam mais efetivos nos territórios sob influência de grandes empreendimentos? O avanço com relação a esses pontos foi pequeno, o que demonstra a necessidade de novos encontros e debates específicos. O grupo concorda que diferentes empreendimentos – mineração, energia, logística e transporte – requerem capacidades institucionais

específicas, mas, ao mesmo tempo, reconhecem que há padrões que podem ser estabelecidos para todos os casos. Em relação aos **mecanismos de fortalecimento**, foram citadas as capacitações técnicas e os consultores que apoiam as atividades *in loco*, sendo que estes poderia atuar na promoção de fatores intangíveis, como cultura institucional. Além destes, também foi apresentado, por uma das participantes, a experiência da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã Dos Carajás (PA) cuja estruturação poderia servir de inspiração.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 90 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Planejamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais; Ordenamento Territorial e Biodiversidade; e Supressão Vegetal Autorizada.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações e ferramentas práticas. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais e das políticas públicas, bem como fortalecer o debate pela sociedade civil.